

UMA, CEM MIL: COTIDIANO DAS CORTADORAS DE CANA DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO NOS ANOS 1980

Marcela Heráclio Bezerra¹

Resumo:

Casa e canavial. As cortadoras de cana do Cabo de Santo Agostinho transitavam em seu maior tempo em torno desses dois ambientes. Dividindo-se em muitas, como há muito ocorre com as mulheres pobres, as canavieiras trabalhavam na palha da cana – limpavam o terreno, semeavam e adubavam a terra, cortavam e amarravam as canas, enchiam o carro e se ocupavam dos afazeres domésticos - preparação das refeições, obtenção de água, limpeza da casa, costura e lavagem das roupas, cuidados com os doentes. O objetivo desse trabalho, cuja metodologia baseia-se no uso da história oral e na análise da bibliografia pertinente, é apresentar e refletir as formas de atuação das trabalhadoras nesses espaços de sociabilidades, dentro de uma perspectiva do protagonismo também feminino.

Palavras-chave: mulheres, trabalho nos canaviais, trabalho doméstico.

Abstract:

House and sugarcane plantation. The women's sugarcane workers of Cabo de Santo Agostinho commuted between these two environments most of the time. Divided into many tasks, as it has been happening to poor women for a long time, they were engaged in domestic chores - preparing meals, getting water, housekeeping, sewing and washing clothes, caring for the sick ones - and worked in the cane's straw - cleared the land, sowed and fertilize the soil, cut and tied the canes, filled the car with cut canes. The aim of this essay is to discuss the various forms of action of workers in sociability fields within a perspective of feminine role.

Keywords: sugarcane women's worker, work in the cane fields, housekeep.

A “mulher na palha da cana”: histórias desconhecidas.

Em agosto de 2009, a possibilidade de adentrar no mundo da classe trabalhadora apresentou-se de maneira concreta, através do convite da assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), Geogina Delmondes, para participar do 16º Congresso dos Delegados e Delegadas Sindicais, experiência compartilhada na companhia dos colegas José Marcelo Marques e Michel Cavassano. Até então, o conhecimento sobre o universo dos trabalhadores canavieiros provinha, sobretudo, das discussões realizadas no Grupo de Estudos Açúcar, Trabalho e História, coordenado pela professora Christine Dabat, na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

¹ Instituto Federal de Pernambuco.

A participação no evento possibilitou conhecer os trabalhadores, enxergá-los para além dos livros que deles falavam. No entanto, entre diálogos e discussões, alguns aspectos chamaram a atenção. O reduzido número de mulheres no evento e a gradativa inclusão dos termos “mulheres” e “trabalhadoras canavieiras” nos cartazes das campanhas salariais, expostas no evento, desde a campanha de 1996 até a de 2011, foram alguns deles. De maneira semelhante, a forma como as mulheres participaram do evento, quase ausentes nas mesas de discussões políticas se majoritariamente nas rodas de cantorias e orações, não passou despercebido.

A partir de então, as problemáticas concernentes às canavieiras, sobretudo as condições de vida e trabalho, o cotidiano e as formas de viver tornaram-se objetos de estudos mais aprofundado e o uso da história oral apresentou-se como uma importante ferramenta metodológica.

Em 2010, a pesquisa foi iniciada após o ingresso no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Ao longo do trabalho, 15 entrevistas foram realizadas pela autora do artigo, destas, 02 (duas) com assessoras sindicais e as demais com canavieiros, sendo 02 (duas) com homens e 11 (onze) com mulheres.²

Os depoimentos dos trabalhadores, sobretudo das mulheres, possibilitaram a escrita de um trabalho interessante. Trouxeram à luz informações relativas à condição de vida e de trabalho dos canavieiros: desnutrição familiar e mortalidade infantil; acesso à educação; trabalho na infância; acesso aos serviços de saúde; jornadas de trabalho; tarefas domésticas; trabalho na produção açucareira; remuneração; violência patronal (física e sexual); manifestações políticas. É pouco provável também que, sem as entrevistas, fosse possível conhecer aspectos da vida privada das canavieiras tais como a relação com o corpo (menstruação, vida sexual, menopausa), o casamento, a vida conjugal e a discussões sobre as relações de gênero.

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar as relações de trabalho e as condições de vida das canavieiras, a partir dos aspectos acima mencionados, tendo como principal metodologia o uso da história oral.

² Todos os entrevistados autorizaram a concessão da entrevista gravada e transcrita para fins de pesquisa acadêmica.

A mulher na palha da cana: histórias reveladas

O trabalho feminino e a condição estatutária

Nos engenhos da zona canavieira, o emprego dos membros da família tanto no espaço doméstico quanto na produção foi imprescindível para a manutenção da família.³

Trabalhavam no roçado, em casa e nas lavouras canavieiras. Em decorrência da dupla opressão a que eram expostas, pela exploração de classe enquanto trabalhadora e pelas relações de gênero enquanto mulher, as canavieiras casadas ou com filhos maiores, trabalhavam nos canaviais de maneira não assalariada, pois seu trabalho era compreendido como uma “ajuda” ao trabalhador direto, que possuía vínculo empregatício com o empregador,⁴ como atestou Maria José do Nascimento,

[...] Eu ajudava a ele. Eu trabalhava junto com ele. Eu não era fichada. Tinha sindicato, eu não sei se nesse tempo eu pagava, mas ele pagava. Eu era dependente. Eu acho que nesse tempo eu não pagava sindicato ainda não. O sindicato naquele tempo não ajudava. Eu pagava era assim, prá ter direito a uma consulta, um dentista mais só que a gente pagava, mas não ia.⁵

Trabalhando durante anos com o marido na “palha da cana” sem reconhecer-se como trabalhadora canavieira independente, D. Maria, dona de casa, percebia o trabalho exercido na lavoura como uma forma de ajudar o esposo e garantir o salário semanal.

O caso de D. Maria não era exceção na zona canavieira, pelo contrário. Além dela, mais quatro entrevistadas afirmaram jamais ter trabalhado com carteira assinada, sempre exercendo a atividade sem qualquer direito trabalhista. Além de inviabilizar o gozo dos direitos trabalhistas, a condição de “clandestinas” impediu o reconhecimento e a valorização do trabalho realizado pelas mulheres. A fala de D. Maria Alves da Silva revela essa questão,

[...] Nada minha filha, trabalhei tudo sem ficha. Olhe, Miguel Arraes [1963] foi quando dá o direito de ficha né, então ficharam, ficharam as carteiras, mas um período eu passei sem trabalhar. Pedi para não trabalhar mais porque era tanto menino pra tomar conta, que não tinha nem quem quisesse tomar conta. Daí foi quando eu comecei a trabalhar nesse Engenho Água Fria. Distante, sem ficha, clandestina eu trabalhei. Aí depois, quando eu saí de lá, que vim práqui, que comecei a trabalhar aqui, nas cana também. Em 88 eu fui

³ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 451.

⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 191.

⁵ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho, em 16 de abril de 2011.

trabalhar nos engenhos também e lá plantava cana, doutor Airton, e eu fui trabalhar lá, sem ficha.⁶

Os sindicatos de trabalhadores rurais não estimulavam a sindicalização das mulheres. A orientação das entidades era que filhas e esposas deveriam tornar-se dependentes do pai ou do marido, gozando dos benefícios legais sem, contudo, arcar com as despesas das contribuições sindicais.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador rural - FUNRURAL, em 11 de janeiro de 1972, constituiu-se como outro elemento explicativo para a não sindicalização feminina. Através da inscrição no programa federal, as canavieiras poderiam gozar dos benefícios médico-hospitalares e previdenciários, ainda que não fossem sindicalizadas.

As trabalhadoras fichadas gozavam dos direitos trabalhistas e poderiam acionar a Justiça do Trabalho para reivindicá-los. Quando associadas, os sindicatos as representavam nas Juntas de Conciliação e Justiça contra os empregadores. Dessa forma, ser fichada e sindicalizada garantia às trabalhadoras, ao menos, acesso a direitos e serviços importantes para a construção da sua cidadania.

A Jornada de trabalho

O dia de trabalho das canavieiras iniciava-se antes do amanhecer e não raro prolongava-se até tarde da noite. Geralmente, as primeiras atividades eram realizadas ainda de madrugada, no ambiente doméstico. Após providenciar a alimentação da família, as trabalhadoras seguiam para as lavouras. Ao retornar para casa, retomavam as tarefas domésticas. Essa era a rotina de trabalho de D. Edith Cecília de Oliveira, conforme depoimento a seguir,

Acordava de 4 horas e a gente pegava no arado de 7: 00 às 16: 00hrs. Todo dia até o sábado, quando a gente largava de 11: 00horas. [...] Trabalhava muito porque meus meninos eram pequenos, não tinha quem ajudasse [...] Às vezes dava 5, 6 horas da noite e ainda tava no rio lavando os panos. Não tinha hora não. Ficava arrumando a casa às vezes de 10, 11 horas, nem energia tinha nesse tempo.⁷

Nos anos 80, os acordos e dissídios trabalhistas instituía uma jornada de trabalho semanal de 48 horas para os trabalhadores da lavoura canavieira, garantido o

⁶Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁷Edith Cecilia de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

direito de estender o serviço além das oito horas diárias, através de horas extras normais (durante o dia) e noturnas resguardadas a correspondente remuneração salarial.⁸

Contudo, as classes patronais contrariavam a legislação e os acordos celebrados. Proprietários fundiários, usineiros e empreiteiros desrespeitavam, entre outros direitos: a jornada de trabalho, prolongando-a ao extremo, sem respeitar os períodos de descanso e as pausas para as refeições; o pagamento das horas extras; o reconhecimento de “efetivo tempo de serviço” aos períodos dispensados na espera do transporte e deslocamento dos trabalhadores e na distribuição das tarefas e no pagamento semanal, ratificadas pelas 20ª e 29ª cláusulas da Convenção Coletiva de 1987.⁹

A jornada de trabalho na lavoura variava conforme o regime de trabalho acordado. No regime de produção, a trabalhadora deveria receber de acordo com sua produtividade. Quanto mais produzisse maior seria a remuneração, já que a canavieira recebia pela quantidade de trabalho realizado, o que implicaria maiores esforços dos trabalhadores, sem, contudo, o atrelamento a horários rígidos de início e término de jornada de trabalho.¹⁰

No sistema de diária, as tarefas eram distribuídas, exigiam menos esforço e a remuneração era determinada previamente. Contudo, como afirmou D. Maria Alves da Silva, ao receber por cada dia de trabalho e não por produtividade, as trabalhadoras de diária eram mais pressionadas pelos prepostos das usinas, sendo obrigadas a iniciar o trabalho na lavoura canavieira as 7 horas da manhã.¹¹

Eu me acordava de madrugada. Ah meu Deus! Eu quase nem dormia quando era de noite, já preocupada com o amanhã no outro dia. Era muito puxado. Eu nunca criei um dedo de carne, meu peso era 50, 51. Porque eu tinha que me levantar pela madrugada, como o povo fala né, que é pela manhã cedo. E eu tinha que fazer comida pros menino todinho, tinha que botar feijão no fogo, tudo isso pela manhã cedo. Quando eu saía já deixava o feijão pronto. Pra o serviço eu saía assim de 6 e pouca que era pra de 7 hora já tá no trabalho né. Se fosse a diária a gente de 7 hora já tinha que começar, se fosse conta não, a gente pegava no horário que a gente quisesse né, 8 hora 9 hora, se a gente não quisesse acordar cedo. Quando eu chegava do trabalho quando

⁸ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco.** 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. 230.

⁹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Convenção Coletiva do ano de 1987.** Recife, 1987. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

¹⁰ MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985, p. 100.

¹¹ Idem, p. 101.

era pro conta, aí eu ia lavar as roupas de casa na cacimba, tinha rio não, na cacimba mesmo, tirando água e enchendo a bacia e lavando.¹²

Não raro, o reduzido tempo de descanso e o deslocamento de ida e volta para o local de trabalho e moradia, esgotavam as trabalhadoras, dificultando a realização dos afazeres domésticos. Obrigadas a cumprir extenuantes jornadas de trabalho, as canavieiras esgotavam-se ao extremo¹³, conforme relato de Alzira Tertunila de Belo,

[...] Eu saía de 4 hora. Às vezes quando eu trabalhava perto, eu não saía de 4 hora não, saía mais tarde, mas quando eu trabalhava nos engenhos saía de 4 hora, 4 e trinta. [...] Quando chegava não fazia mais nada por que a coragem não dava. Chegava mais morta do que viva, logo longe que eu ia a pé e voltava. Esse doidinho [o filho] levantava eu para comer botava meu cumê e mim dava, de tão enfadada que eu tava que não cuidava em comer logo. Era muito sofrimento, muito sofrimento.¹⁴

Nessas ocasiões, segundo D. Marieta Gomes de Lima, as mulheres da família, desempenhavam um importante papel na manutenção da casa e no cuidado dos filhos menores. Avós, tias, cunhadas, filhas e vizinhas assumiam a “obrigação natural” das trabalhadoras canavieiras.

As menininha que já tava grandinha tomava conta da casa. Eu saía e deixava tudinho. Elas faziaarço pra mim no serviço. As minhas meninas começaram a fazer cumê pra mim era na idade de seis anos, na beira do fogo viu, fogão de lenha. Fazendo feijãozinho, com aquela carinha assada ou a sardinha assada na brasa e pirão pra gente comer no arado. Elas levava pro arado, pra gente comer no arado. Era assim, a vida da gente do campo sempre foi assim, não tinha pior ou melhor. Era assim mermo. As meninas lavavam roupa, as menina varria a casa né, quando eu chegava tava tudo arrumadinho.¹⁵

Essa “obrigação natural” das canavieiras, comum para a maioria das mulheres pobres, ocorria em detrimento dos estudos, ocasionando a reprodução dos papéis desempenhados pelas mães e avós e dificultando, quando não impedindo, a construção de um futuro diferente do vivenciado até então.

Tarefas e remuneração na produção

Limpar e cortar cana, cambitar, abrir valeta, cavar sulco e carrear não eram atividades distribuídas às mulheres, contudo, quando se tratava de trabalhadoras *arrimo*

¹² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹³ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Op. cit., p. 596-601.

¹⁴ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁵ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

de famílias, a necessidade de sobrevivência sobrepunha-se às restrições,¹⁶ não havia essa restrição, conforme verifica-se no depoimento de Alzira Tertunila de Barros,

Meu marido era preguiçoso, tinha um bocado de fio dele, eu ajeitava os fio dele e ele não agradecia. [...] Às vezes deixava a casa sem nada, aí eu corria pra casa de mãe, mãe era tão boa, ela não gostava dele. Aí mãe arrumava uns comezinhos lá, botava dentro de uma sacola e mandava eu trazer. [...] Eu trabalhava em Igarapu, um engenho que tinha perto em Boa Vista, no engenho que morava. Eu cortava cana e tirava conta. Tirei muita conta também mulé, depois passei prá Algodoai. O que eu fazia era semear adubo, cortava cana, tirava conta e amarrava os feixim e botava assim, fazia cruz.¹⁷

A mão de obra feminina empregava-se, sobretudo nas atividades de plantio e semeio da cana. As mulheres realizavam os mais variados trabalhos, alguns exigindo menos esforços que outros, mas todos pesados. “Eu pegava a minha conta mesmo. Tirava a cana assim, cortava, amarrava com o olho de cana. Era pouco que eu ganhava.”¹⁸

A despeito das inovações tecnológicas empregadas na produção, predominavam nas lavouras canavieiras o trabalho manual – limpar o terreno, plantar a cana, semear o adubo e cortar a cana – e a utilização da enxada, da foice e da estrovenga,¹⁹ conforme depoimento de Maria Alves,

Desde os 12 eu trabalhava. Comecei logo semeando adubo nas cana e após, quando tinha o plantio, para plantar a cana, que é no tempo de inverno, eu trabalhava já semeando cana nos regos, os boi fazia né, o arado fazia, semeando cana. Quando não tinha o plantio de cana, aí tinha limpa de cana. Quando terminava, se as cana tivesse tudo limpa, tinha o corte de cana. E eu cortava cana. [...] E daí, se não tivesse mais nada, os empregados da usina me botava para cavar sulcro na diária. Cavando sulcro com a enxada para plantar a cana. Eu cavava sulcro, fazia terra-planagem nas levada que eles mandam os homem abrir. Aí botava aquela lama todinha do lado de fora e depois ele mandava as mulé todinha terraplanar aquela lama que ficava todinha. A gente fazia terraplanagem, eu terraplanava também. Também já enchi carro de cana das máquina, quando as máquina carregava nos carros né. Eu enchia carro de cana, tudo isso para ganhar a diária. Tudo que eles mandavam eu fazer, eu fazia. Fazia assero nas cana para tocar fogo nas cana, para depois de queimada cortar.²⁰

Durante a safra, período onde se exigia um maior número de cortadores de cana, o salário dos trabalhadores era realizado por conta. A remuneração dos trabalhadores

¹⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. cit., p. 190-191.

¹⁷ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁸ Conceição Paulina da Silva. Entrevista realizada em 12 maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**. Op. cit., p. 585.

²⁰ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

dependia do tamanho das áreas das tarefas e da quantidade de dias trabalhados. Na entressafra as atividades eram remuneradas por diária, ou seja, pelo dia trabalhado. Contudo, “[...]os dois sistemas tinham correspondências na medida em que a diária era, muitas vezes, traduzida em certos números de contas”.²¹

Como forma de evitar fraudes, como o pulo da vara ou a medição da área após a execução do trabalho, mecanismos largamente utilizados pelas classes patronais, as normas trabalhistas detalhavam o tamanho das contas e o peso mínimo por cada feixe de cana, além de estabelecer a medição prévia das áreas das tarefas e a pesagem dos feixes de cana imediatamente após o corte, por instrumentos assegurados pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas-INPM, em geral balanças e compassos de metal de 2,20m de comprimento.²²

Contudo, mesmo com as determinações, os empregadores desrespeitavam as medições das contas, conforme relatou d. Alzira: “Eu trabalhava sim, sem medir a conta. Não media e eu trabalhava o dia todo. É tão ruim a gente trabalhar. Aí eles só mediam no fim de semana, era tão ruim. Mulé eu perdi tanto tempo ali.”²³

O pagamento realizava-se no fim da semana, geralmente no sábado à tarde e nos barracões dos engenhos. Não bastasse o valor irrisório dos salários, em muitos momentos abaixo dos valores designados pelos acordos trabalhistas, os empregadores contrariavam ainda mais as normas trabalhistas quando descontavam as dívidas dos barracões e quando pagavam os trabalhadores, que residiam nos engenhos, em vale, obrigando-os a gastá-los nos armazéns, com produtos caros e de baixa qualidade.

Elas [as mães que moravam nos engenhos] fazia as compra dia de sábado. Uma minoria vinha pra feira e a maioria ia no barracão entendeu. O barraqueiro comia metade, porque não era besta entendeu. Era tudo caríssimo e tinha gente que tentava sair e não saia entendeu. Quandotinha décimo, era quando eles se respiraram mais e compravam uma roupinha, um sapatinho pras criança entendeu, tudo fraquinho mas eles compravam. Aí era espera de novo o outro décimo do outro ano para poder comprar outras coisas novamente.²⁴

²¹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**. Op. cit., p. 608.

²² FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Convenção Coletiva do ano de 1987**. Op. cit.

²³ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

A violência nas relações de trabalho

A violência patronal revelava-se nos baixos salários e nas péssimas condições de trabalho, na extensão das jornadas de trabalho, na distribuição de tarefas superiores às legalmente estabelecidas, ao não pagamento dos salários correspondentes aos trabalhos realizados, na negação dos direitos trabalhistas, à violência contra o movimento sindical e ao assédio sexual cometido contra mulheres.²⁵

Dava-se também pela duplicação e triplicação das tarefas diárias previstas nas Convenções e Dissídios Coletivos. Esses mecanismos impossibilitavam a conclusão dos trabalhos ao fim de cada dia, levando o trabalhador acumular trabalho para o outro dia.

Ao final da semana, o cabo ou apontador dos engenhos atribuíam ao trabalho do canavieiro o valor de 3 ou 4 diárias, mesmo tendo o mesmo trabalhador os 6 dias da semana. Além da perda salarial, os trabalhadores perdiam a remuneração relativa ao descanso semanal remunerado, ao décimo terceiro e às férias.²⁶

Quando recusavam realizar determinadas tarefas, as canavieiras sofriam represálias através da negação de outras atividades e com o desconto dos dias parados. Em casos raros, algumas trabalhadoras conseguiram resistir à imposição dos patrões.

Na usina eu limpava a cana, eu redubava, eu semeava cana no arado, eu semeava calcário. Eu fazia tudo. Agora tirando de cortar cana. Eu nunca cortei cana. Uma vez chegou uma ordem lá, prá toda mulher cortar cana. Eu não cortei, porque eu não aguentava cortar cana que eu não sabia amarrar. Aí eu fiquei 3 dias e não cortei cana. Muitas mulheres lá cortaram, mas eu não cortei e disse pro cabo: “eu não vou não porque eu nem sei cortar cana, nem sei amarrar”. Se eu soubesse amarrar eu amarrava, mas cortar eu sabia, mas pra amarrar eu não sabia amarrar. Quando viram mermo que eu não ia mais, me chamaram pra fazer o serviço.²⁷

A violência patronal manifestava-se contra a organização e mobilização do movimento sindical. Mesmo quando os assessores sindicais acionavam as autoridades policiais, ficavam desprotegidos, uma vez que a rede de influencia dos empregadores “imbricava-se com o poder estatal e seus representantes, sendo a polícia um deles.

Os empregadores proibiam a realização de reuniões com os delegados sindicais no interior dos engenhos, não permitiam que os trabalhadores moradores participassem

²⁵ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**. Op. cit., p. 668-669.

²⁶ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Objetivos da violência**. Recife, 1984. p. 1-15.

²⁷ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

das assembleias sindicais e impediam ao máximo a entrada e fiscalização dos dirigentes sindicais na propriedade.²⁸

Além dos abusos nas relações de trabalho, as mulheres sofriam também assédio dos administrados, fiscais e cabos e esse era o principal motivo apontado pelas famílias para que o trabalho feminino nas lavouras fosse evitado.²⁹ Valendo-se da impunidade e da hierarquia, cabos e apontadores dispensavam tratamento indecoroso para as canavieiras. Santina Tertunila de Belo conheceu muitas mulheres com experiências de ao assédio sexual.

(...) o cabo pra pegar as mulheres, ele fazia o seguinte: aquelas mulheres que se entregavam pra ele, ele botava as continhas bem pequenas e as mulheres tirava, entendeu. E aquelas que era do duro, da dureza que dizia: “*eu não vou me entregar pra essa cabra, oxê! Eu quero os meu direito, ele tem que pesar direito, medir igual à da outra mulher.*” Mas o cabo para ela botava as conta bem grande.³⁰

O assédio sexual era uma prática corrente dentro dos engenhos. Fossem casadas, solteiras ou viúvas, as canavieiras encontravam-se a mercê de patrões, empregados e dos próprios trabalhadores. Geralmente as mulheres casadas eram tratadas com mais respeito, “[...] Uma gracinha sempre teve, mulher que não tem marido todo mundo solta uma gracinha, mas com mulher casada sempre teve respeito.”,³¹ contudo tal vínculo não lhe conferia imunidade a comentários indecorosos ou propostas indecentes, conforme os depoimentos das entrevistadas.

Algumas trabalhadoras, contudo, associavam o assédio apenas ao estupro sexual. Por tratar-se de um tema delicado e íntimo, muitas trabalhadoras hesitaram em responder positivamente se havia casos conhecidos de assédio sexual feminino ou se elas próprias tinham sido vítimas dessa violência. Ao desconsiderar as diversas faces do assédio sexual, negaram ter vivido qualquer violência sexual por parte do patronato ou dos empregados dos engenhos. Não obstante afirmaram ter recebido “cantadas” e “convites para sair”.

Não, não. Graças a Deus isso aí nunca aconteceu comigo não e eu não conheço ninguém que passou não. Esse negócio assim de vez em quando acontece né, mas é difícil a pessoa dizer né. Mas eu recebi cantada, depois

²⁸ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Objetivos da violência (O lucrativo negócio da violência)*. Recife, 1984. p. 2.

²⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**. Op. cit., p. 456-459.

³⁰ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹ José Aniceto do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

que eu comecei a trabalhar fichada eu recebi cantada. Foi do administrador ou do contador. Era administrador ou contador aquele traste? Acho que era contador. [...] Ele cantou eu, mas só foi uma vez que ele cantou. Ele falou pra eu sair com ele. Aí eu disse: “não, você tá doido?” Aí eu não disse a ele não, por causa de, pra não criar mais problema. [...] Mas o que voga é que eu não aceitei. Se tivesse aceitado, mas eu não aceitei. A gente pode levar a fama que tiver, mas a gente não fazendo, não deve.³²

Maria José do Nascimento afirmou nunca ter recebido qualquer tratamento indecoroso enquanto trabalhava nos canaviais atribuindo o fato à personalidade dos maridos. “[...] Tinha muitas moças que eles soltava, mas pra mim não. Não tinha cabo enxerido, não tinha administrador enxerido, graças a Deus. Não sei se era por causa do marido, que era um homem muito, mas graças a Deus todo mundo me respeitava.”³³

Edith Cecília de Oliveira relatou que determinadas mulheres eram culpadas pelos assédios sexuais ocorridos nos canaviais devido às relações que estabeleciam com os empregados. “Às vezes, a gente escutava essas conversas, mas quando elas dão lugar também né. Eu trabalhei com muitos homens e ninguém nunca veio com essas conversas prá mim. (...) Tem mulherzinha que elas mesmo é quem puxa.”³⁴

Os argumentos da trabalhadora sugerem reflexões sobre a reprodução das relações de gênero entre as próprias mulheres, pois a despeito de haver pessoas com diferentes compreensões de moralidade, por mais que as trabalhadoras canavieiras estabelecessem relações de intimidade com os fiscais e cabos, isso não justificaria a violência sexual ou o tratamento desrespeitoso.

Em outras situações, as trabalhadoras eram obrigadas a aceitar o assédio sexual dos empregados em virtude do contexto e da condição em que se encontrava. Segundo Santana Tertunila de Belo, uma trabalhadora confidenciou ter aceitado vender seu corpo em troca de trabalho, pois segundo a mesma, seu marido havia gastado o salário com bebida, sem ter comprado qualquer alimento. Aproveitando-se da situação, o cabo negou-lhe trabalho, concedendo-lhe a tarefa apenas se ela aceitasse “sair com ele”. Sem ter dinheiro para fazer a feira e alimentar seus filhos, não restou alternativa para a trabalhadora senão aceitar.

³² Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Duplamente exploradas, pelos empregados que a obrigavam ter relações sexuais e pelas classes patronais, que lhes pagavam miseravelmente pelo trabalho realizado, as canavieiras se encontravam em situação de vulnerabilidade. Além da violência acima descrita, as mulheres tinham que guardar silêncio da ação cometida por conta da violência dos maridos, que achando-se no direito, poderiam limpar com sangue sua honra de marido traído.

Trampolinagens femininas no espaço doméstico³⁵

Realizar as atividades comuns ao ambiente doméstico em meio a uma situação de carência de serviços e elementos básicos consistia em verdadeiras trampolinagens das trabalhadoras do açúcar, que como os “saltimbancos de Michel de Certeau, driblavam as adversidades existentes com astúcia e criatividade.

A preparação das refeições era considerada uma das principais atribuições femininas no ambiente doméstico. Sem dispor de aparelhos domésticos para otimizar o tempo de cozimento e de conservação dos alimentos, todos os dias as canavieiras ou suas filhas faziam uma “refeição quente”, geralmente o almoço, que consistia numa mistura de farinha com algum peixe salgado e, ocasionalmente com feijão, acompanhado de água para beber.³⁶

A atividade de “preparar o almoço” poderia vir acompanhada de uma série de outras, já que antes de iniciar, era necessário verificar a existência de água e lenha suficientes para o cozimento das refeições. Caso não houvesse, as mulheres deveriam providenciá-los. Contudo, elas buscavam, na medida do possível, realizar previamente estas atividades, ao fim do dia anterior.

Todas as mulheres que eu conheço, todas elas passou por isso. Minha cunhada, minhas amigas que eu tinha, tudo passou. A gente ia prá mata de tarde, depois do almoço. Juntava 4 ou 5 amiga, vizinha, e ia prá mata, tirar aqueles feixes de lenha. Minha fia, tinha lá uns paus dessa grossura assim. Fazia aquele feixe de lenha, botava na cabeça, 4 ou 5 feixo de ladeira abaixo

³⁵ O termo faz referência a ideia de Michel de Certeau, “palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. (...) CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 1 Petrópolis: Vozes. 1994, p.79. Apud MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: **O Brasil Republicano**. Vol 3. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³⁶ MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. Op. Cit., p.118-119.

dentro de uma mata. Pegava aqueles feixoprá dentro de uma mata prá cozinhar.³⁷

As casas das trabalhadoras não possuíam água encanada e tratada. As mulheres e as crianças menores precisavam trazer água das cacimbas e dos riachos para preparar a alimentação, dar água aos animais, realizar a limpeza da casa, lavar os pratos e atender às demais necessidades diárias.

[...] Também não tinha água. Carregava na cabeça, uma jarra que pegava 7 lata d'água. Prá carregar água era muita agonia viu, uma não queria carregar, outra não queria. Aí eu dividia, uma botava água, outra lavava os pratos, quando tava já grandinha, outra lavava a casa e deixava a água comigo.³⁸

Embora de maneira discreta e variável, os homens também carregavam os baldes d'água, conforme o depoimento a seguir,

Não tinha nada dessa história de água não, tinha que se mover com a lata na cabeça e podia ser a distância que fosse. [...] Eu e as mulheres, mais as mulhere né, mas tinha homem que ajudava também, tinha homem que ajudava a mulé. Trabalhava os doi né.³⁹

Essas atividades ao ser realizadas pelos maridos ou filhos, como forma de “ajudar” as esposas, filhas irmãs em seu trabalho “natural”, apontavam para a solidariedade dos homens para com as mulheres, relações semelhante às observadas quando eram as mulheres que “ajudavam” os maridos ou filhos nas lavouras, trabalho considerado masculino.

Contudo, a despeito dos canavieiros compreenderem de maneira naturalizada a distribuição dos papéis socialmente desempenhados por homens e mulheres, o trabalho realizado por homens e mulheres, mesmo considerado como “ajuda” a um ou a outro, “[...] tinha hora que eu tava muito cansada já, aí meu marido ia busca uma viagem d'água, duas prá me ajudar [...]”,⁴⁰ apontava não só para uma solidariedade de classe, como também para uma tênue, mas presente, superação da opressão de gênero que afetava ambos os sexos, sobretudo as mulheres.

Quanto ao número de refeições, a depender das condições socioeconômicas das famílias canavieiras – posse do sítio, proximidade com uma casa de farinha, número de

³⁷ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁸ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁰ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

membros da família assalariados - as refeições realizavam-se em maior ou em menor quantidade.

Durante as entrevistas notaram-se distintos posicionamentos das canavieiras frente a situação de fome. Algumas declararam de imediato que, por inúmeras vezes, tinham ido trabalhar ou dormir sem alimentar-se. Outras orgulhavam-se de nunca ter passado fome por conta da competência e dos esforços dos pais, como relatou Marieta Alves do Nascimento.

Na companhia do meu pai e da minha mãe eu nunca passei fome. Pode dizer que às vezes a gente cozinhava um ovo, papai tirava um pedaço, ele comia uma banda e partia uma banda pra eu e pra minha irmã que a gente íatrabaiar. As comida era assim, uma sardinhizinha, que era o que vinha mais de frente, uma sardinhizinha pra gente comer com farofa. A gente fazia aquele prato de farofa, molhava assim e comia com sal. Meu pai de 8 em 8 dia, papai fazia 7 quilo de farinha, pra gente comer. A gente comia farofa bem cedo, farofa de meio dia farofa e feijão. Às vezes quando tinha feijão a gente comia de meio dia, quando não, era farofa mermo. Era farofa duas vezes ao dia e feijão de meio dia mermo. Minha mãe fazia a farofinha da gente, a gente comia. Isso era com um peixinho assado, seco ou assado que seja, era a farofinha da gente. Sabia que tinha nas 3 refeições do dia. [...] E café e água né. Não tinha esse negócio de suco né, suco existe agora. Antigamente não existia. Café só era bem cedo e de noite né.⁴¹

A despeito do número de refeições diárias realizadas, tornou-se evidente o baixo valor nutricional da dieta das canavieiras entrevistadas. Geralmente a alimentação diária era constituída por farinha de mandioca, fubá, sardinha, bacalhau, café e água. Ao citar outros alimentos, tais como feijão, charque, macarrão, bolachas e pão, as trabalhadoras evidenciaram a irregularidade dos produtos na dieta diária, consumidos apenas quando as condições financeiras assim o oportunizavam.

Minha filha, eu de manhã saia até sem tomar café. Que não dava tempo e de manhã, às vezes é tão ruim de comê. Eu pegava, fazia quarenta com uma carne, que tivesse, botava dentro de uma vasilha e levava pro serviço, que quando desse 9 hora, eu já tinha trabalhado bastante e dava fome e eu ia comer. E quando chegava, se tivesse um feijão a gente comia, que era difíci comprar feijão, não era todo dia ter feijão pra gente comer não, era mais farofa ou quarenta ou cuscuz de fubá também, era assim. E não era essas fubá boa que a gente compra hoje né, era aquelas fubá que a gente comprava por quilo, amargosa, era tão amarga no fim que a gente chega sentia o amargo travando. A situação era difíci demais, tudo que a gente queria era as fruta que a gente se virava, [...] Sabe qual era a comida que o pobre comia a não ser o peixe que pegava no rio? Era bacalhau. Comia tanto bacalhau, comia escaldado, comia assado no óleo, no óleo não que óleo era pouco, era mais na brasa.⁴²

⁴¹ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

Estavam praticamente ausentes da alimentação das trabalhadoras as proteínas animais, sobretudo carne branca e vermelha, ovos e leite. As vitaminas, provenientes das frutas, faziam-se presente apenas em determinados períodos do ano, quando os trabalhadores as coletavam. A dieta dos trabalhadores baseava-se no consumo de alimentos que saciavam a fome, “com efeito enchedor”⁴³, sem contudo garantir níveis mínimos de nutrição, como a quarenta, um mingau de fubá.

Quanta a vestimenta, os depoimentos das mulheres sobre a vestimenta nos anos 80, evidenciaram a carência. “As roupa bem pouquinha também. [...] Eu já tive um tempo que fiz também roupa de saco era vestido mesmo, era casaco prá trabalhar, casaco de saco, pano de saco. Era, era tudo assim mesmo.”⁴⁴

Eu fazia sim, casaco de manga comprida prá gente não trabalhar com os braços de fora. Tinha aqueles sacos. Que de primeiro não vendia e não dava camisas prá gente trabalhar [...] Aí eu ia comprava um saco, lavava botava no “omo” e na água sanitária. Aí ele ficava alvinho. Cortava e fazia um casaco da manga comprida.⁴⁵

A costura e a realização de remendos nas roupas dos membros da família eram ações exercidas pelas mulheres de maneira generalizada. “Minha mãe comprava e fazia roupa pra gente. Eu fazia assim, remendo nas roupas deles [filhos], nos calçãozinho.”⁴⁶ Ensinadas de geração para geração, a confecção de roupas e a manutenção do vestuário eram formas de assegurar algumas “mudas” de roupas aos trabalhadores canavieiros.

Eu aprendi a costurar. Minha mãe nunca me deu nenhum retalho para eu fazer nenhuma roupa de boneca, que ela não queria que a gente pegasse nos retalho dela. Mas depois que eu tomei conta de menino, as coisa muito difícil, aí eu comecei a pegar um papel, a pegar um pedacinho de pano, a cortar uma blusinha de boneca, uma roupinha de boneca e dali eu comecei e aprendi a fazer camisa pros menino, calção, calça cumprida não. Calçãozinho, camisa, calcinha pra mim.⁴⁷

As trabalhadoras evidenciaram a diversificação dos tecidos - linho, chita e mourim, utilizados para a confecção das roupas em detrimento do uso generalizado de sacos até o início dos anos 80. A aprendizagem fazia-se de acordo com a necessidade

⁴³ ARAÚJO, Espedito Rufino. **O trator e o burro sem rabo**: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire d’Études du Développement, Genebra, 1990. p. 239.

⁴⁴ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁵ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁶ Cosma Vieira da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁷ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

das famílias, e a depender das condições econômicas, as trabalhadoras confeccionavam uma variedade de roupas, algumas associadas ao cuidado do corpo feminino, como calcinhas, cintas e saias.

Aprendi a fazer camisa pros menino, calção, calça cumprida não. Calçãozinho, camisa, calcinha pra mim. Eu fazia calcinha de mourim, butava cós nela, bem largo, tipo cinta, aberto de lado, que era para quando eu descansar, eu vesti aquelas calcinha e apertar a barriga. [...] Porque as mulher mais velha ensinava que a gente fizesse essas calça pra quando a gente descansar usar elas pra não ficar barriguda [...] Eu tive 10 filho, eu nunca fiquei com uma barriga porque a gente prendia, que as mais velha dizia prenda, prenda a barriga e a gente já prendia.⁴⁸

Além de se constituir como vestimentas tipicamente femininas e por isso ser usada pelas canavieiras, conjecturou-se que as saias poderiam assumir outra função dentro das condições de trabalho na zona canavieira. Diante da inexistência de banheiros nos canaviais, as saias permitiam às mulheres agachar-se para satisfazer as necessidades fisiológicas sem, contudo, despir-se no meio dos canaviais.

Contudo, se a perícia e o trabalho das mulheres foram estratégias utilizavas pelas classes trabalhadoras para garantir formas de vestir-se menos humilhantes, não havia muito a ser feito com relação aos calçados. “[...] Sapato era havaiana. Fui fazer um batizado pra minha filha com a chinela havaiana. Comprei um corte de pano, aí de noite costurei uma blusa na carreira pra passear no outro dia tanto eu como ele.”⁴⁹

A maioria dos trabalhadores não possuíam sapatos e os principais calçados utilizados eram sandálias e alpargatas. Contudo, geralmente andava-se com os pés descalços, prática que sujeitava os trabalhadores a verminoses, frieiras, picadas de cobras, insetos e ferimentos.

O vestuário dos trabalhadores apresentava-se em estado e quantidade insuficiente para os membros da família. Habitualmente, segundo as trabalhadoras entrevistadas, a falta de recursos para adquirir novas vestimentas, através da confecção caseira ou de maneira casual, a partir da compra de roupas, exigia o uso coletivo de determinadas peças do vestuário – calça, camisas, saias, vestidos – e um informal sistema de rodízio das roupas.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Dada a impossibilidade de renovação do vestuário e ao uso frequente das mesmas vestimentas, as mulheres trabalhavam de maneira exaustiva na manutenção do estado e limpeza das roupas. Lavar roupa era uma tarefa realizada todos os dias pelas trabalhadoras, com ou sem ajuda de outros membros da família, junto às demais atividades realizadas no ambiente doméstico pelas trabalhadoras canavieiras.

Lavava roupa no rio. Era rio e tinha sabão. Eu lavava a roupa de 6 homens, 3 irmão e 3 primos, que vinha trabalhara aqui. Eu lavava roupa quase todos os dias. Cavava dois leirão pra plantar batata pra poder ir escola e estudar entendeu. Aí quando eu voltava eu ia fazer outras coisas dentro de casa também. Remendo das roupa dos menino trabalhar e ia fazer bordado, eu gostava de bordar naquela época e no outro dia eu fazia o mesmo processo. Lavava roupa, aquela roupa bem pesada de cana queimada, eita! Eu peguei uns negócio nas unha de tanto esfregar as roupa. Naquele tempo não tinha água sanitária, só sabão, aquele sabão duro entendeu e a minha vida foi essa.⁵⁰

Para essa atividade, raras eram as mulheres que dispunham de produtos – escovas, baldes, sabão em barra, sabão em pó, água sanitária e cloro - capazes de agilizar o processo de limpeza das roupas como um sabão de melhor qualidade e ou até mesmo alvejantes. Geralmente o sabão utilizado era da pior qualidade e em quantidade insuficiente para a quantidade de roupa existente.

Quando eu chegava do trabalho [...] aí eu ia lavar as roupas de casa na cacimba, tinha rio não, na cacimba mesmo, tirando água e enchendo a bacia e lavando. Tinha sabão porque comprava na venda, mas não era muito não minha filha. Meu marido fazia umas comprinhas na venda, no barracão do engenho e comprava um pedaço de sabão, um pedaço de sabão.⁵¹

Não obstante, as trabalhadoras afirmaram haver situações em que não existia qualquer produto de limpeza, nem mesmo sabão, o que exigia das trabalhadoras realizar verdadeiras façanhas para conseguir executar a “lavagem das roupas”. “(...) Não tinha rio perto e a gente lavava com um mato chamado melão. Às vezes tinha sabão e às vezes que não tinha lavava só com melão e ficava tudo duro.”⁵²

Através dos depoimentos das trabalhadoras evidenciou-se feitos extraordinários realizados pelas mulheres. Agindo como “malabaristas” a genialidade das mulheres revelava-se na confecção de roupas a partir de tecidos inapropriados ou de baixa qualidade, na manutenção das roupas através de remendos e consertos, na limpeza das

⁵⁰ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵¹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵² Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

vestimentas na exaustiva tarefa de lavar roupas, sem água encanada, com produtos insuficientes e de inferior qualidade.

Quando falou-se sobre os móveis das casas, as antigas moradoras de engenhos, demonstravam vergonha e, em alguns momentos indignação, ao rememorar a inexistência de alguns móveis básicos e a precariedade da mobília da casa.

“Móveis? Oh meu Deus! Tinha nada minha fia, só tinha assim 3 cadeirinhas e uma mesinha. Só era isso mesmo. Os meninos não dormia em berço, nem nada. Era em rede, uma tipoiazinha lá no canto da parede. Comprava saco rimendava um saco no outro e fazia a redinha.”⁵³

Mais uma vez, a criatividade e inteligência das mulheres constituíam-se em ferramentas de superação das carências materiais. Através da transformação dos recursos de que dispunham, as trabalhadoras construía camas, colchões e redes para os membros da família. “Ia na mata tirava varinhas e botava 4 fitinhas e botava aquelas vara em cima e dormia. O colchão, de primeiro era esteira, depois era pé de bananeira, folha de bananeira. Tirava as folhas, o pendão das folhas e fazia.”⁵⁴

Dentre as “invenções” criadas, a que mais chamou atenção foi a vassoura de mato, que eram feitas a partir de determinadas plantas que nasciam nos arredores dos engenhos.

As vassoura era toda cortada no mato. Aqueles mato que a gente já sabe que dá pra vassoura, aí cortava aquela vassoura. Tem uns que passava muito tempo. Tem um tar de rabo de raposa, que a gente fazia vassoura. Essa vassoura passava muito mais de mêi, muito mais de mês. E tinha outra que 8 dia ela já tava murcha, prestava para varrer o terreiro. Eu mermo, cortava...Fazia, toda ela. Cortava. Até hoje eu faço. Quando eu vejo o mato que dá pra vassoura, eu olho e digo “oh eiein, o mato que dá pra vassoura, que eu fazia tanta vassoura.” Eu fazia as vassoura e varria.⁵⁵

O reconhecimento do tipo ideal de planta para a confecção das vassouras de melhor qualidade é um exemplo de como o conhecimento sobre a utilização dos recursos disponíveis nas matas ao redor dos engenhos - palhas, folhas, varas, ervas – poderia ser aperfeiçoado e ensinado, através da oralidade, de geração para geração.

O uso dos recursos provenientes das matas, ou como dizem os trabalhadores, “do mato”, no tratamento das doenças que acometiam os canavieiros constituía-se como

⁵³ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵⁴ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵⁵ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

uma antiga prática generalizada entre os moradores de engenhos “[...] A gente cuidava mais com chá, aroeira, alho, quando a gente tinha dor de cabeça, esquentava aquele mato prá botar na cabeça, capim santo.”⁵⁶

Arelada à tradição popular e devido a falta de acesso à serviços médicos para internação dos doentes, o tratamento dos enfermos, acometidos por doenças consideradas menos graves, como verminoses, dores de cabeça, resfriados, febres, diarreias, realizava-se no ambiente doméstico, através da associação dos remédios caseiros com os medicamentos modernos, como demonstra os dois comentários a seguir,

Pra doença assim, sarampo, catapora e bexiga, se curava nas palhas das palhas das banana mesmo. Soprava cachaça com alho no olho do doente, dava chá de milho e sacudia milho embaixo da cama. Enchia o pacotão de varão com palha da banana e botava os pequenos de lado.⁵⁷

O remédio que eu dava era chá prá tosse, lambedor e esses remédios de verme. O remédio de verme era um vidrinho assim feito um oleozinho. Pra febre eu dava essa nevagina, esse remédio assim cibalina e em hospital eu nunca internei nenhum. [...] Quando tava com verme, ficava com a barriga inchada, ficava com aquela barrigona. (...) E a tosse, eu via ele tossir, com febre, dor de cabeça e diarreia aí tinha uma vitaminazinha, era terramicina.⁵⁸

A “mulher na palha da cana”: histórias a serem contadas

O cotidiano, as relações de trabalho e a condição de vida das trabalhadoras canavieiras constituíram-se como faces da história da classe trabalhadora de Pernambuco pouco visitada pela historiografia oficial. Despercebidas pelos pesquisadores, a ausência das mulheres na história não era nem se quer questionada.

Dar visibilidade histórica às canavieiras, elevando-as à condição de sujeitos históricos ativos e atuantes nos distintos âmbitos de interação social foi o objetivo da pesquisa, que teve como espaço e recorte temporal, o Município do Cabo de Santo Agostinho nos anos 80.

Ao ressaltar as práticas femininas, inseridas dentro de um contexto de superexploração classista e eivado por relações de gênero patriarcalistas, buscou-se compreender os comportamentos das canavieiras - ações, omissões - a partir das

⁵⁶ Maria do Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada, em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵⁷ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵⁸ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

experiências vivenciadas por elas, pois ainda que houvesse a possibilidade das trabalhadoras assumir outros papéis sociais, distintos dos comportamentos impostos pelas convenções sociais, o mais comum na zona canavieira foi a reprodução das formas de viver de suas mães e avós.

Porquanto, a pesquisa se fundamentou no levantamento das atividades exercidas diariamente pelas canavieiras, não se detendo a busca dos “grandes feitos” realizadas pelas trabalhadoras. Ao direcionar olhar para o cotidiano das trabalhadoras, descobriu-se o quanto rica e interessantes são as experiências das mulheres da “palha da cana”.

Compreender a historicidade dessas mulheres é papel fundamental dos historiadores da contemporaneidade, posto que não há história dos trabalhadores sem a participação feminina. É por esse motivo que as pesquisas não se encerram nesse artigo, cada vez mais se faz necessário outros estudos sobre o protagonismo feminino.

Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Espedito Rufino. **O trator e o burro sem rabo**: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco. 1985. Dissertação (Mestrado) – InstitutUniversitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2007.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Objetivos da violência** (O lucrativo negócio da violência). Recife, 1984.

_____. **Convenção Coletiva do ano de 1987**. Recife, 1987. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p. 241-271.

Lista de entrevistados

- a. Alzira Tertunila de Barros(05. maio.2011) – Trabalhadora nos anos 70 e 80.
- b. Conceição Paulina da Silva (12.maio.2011) – Trabalhadora desde 1977.

- c. Cosma Vieira da Silva (12.maio.2011) – Trabalhadora durante os anos 90.
- d. Edith Cecilia de Oliveira (20.maio.2011) – Trabalhadora desde os anos 70.
- e. Efigênia Oliveira (29.maio.2011) – Fundadora do Centro das Mulheres do Cabo e militante dos movimentos de mulheres desde os anos 80.
- f. Georgina D. dos Reis Silva (10.jun.2011) – Funcionária da FETAPE desde os anos 80.
- g. José Aniceto da Nascimento (16.abr.2011) – Trabalhador de 1970 a 1990.
- h. Lúcia Maria de Lira e Silva (13/17.jun.2011) – Funcionária da FETAPE desde os anos 80.
- i. Maria Alves da Silva (05.maio.2011) – Trabalhadora durante os anos 70 e 80.
- j. Manoel Gomes da Silva Filho (05.maio.2011) - Trabalhador no período de 1960 a 1990.
- l. Maria do Carmo da Conceição da Paz (17.abr.2011) - Trabalhadora no período 1960 a 1990.
- m. Maria José do Nascimento (17.abr.2011) – Trabalhadora da agricultura familiar desde os anos 60.
- n. Marieta Gomes de Lima (05.maio.2011) – Trabalhadora no período 1960 a 1990.
- o. Maria Socorro Paulino da Silva (12.maio.2011) Trabalhadora desde 1980.
- p. Santana Tertunila de Belo (20. mar./ 29. abr.2011) – Líder de movimento de trabalhadoras rurais desde os anos de 1980.

Artigo recebido em 27 de setembro de 2016 e aceite em 16 de novembro de 2016.